



Volume 11 – Número 28
DOSSIÊ: A IGREJA DOS POBRES HOJE
doi: [10.25247/paralellus.2020.v11n28.415-427](https://doi.org/10.25247/paralellus.2020.v11n28.415-427)

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM PERNAMBUCO: TENSÕES E DESCONTINUIDADES (1988-1998)

THE PASTORAL LAND COMMISSION IN PERNAMBUCO: TENSIONS AND
DISCONTINUITIES (1988-1998)

*Samuel Carneiro de Maupeou**

RESUMO

Analiso a atuação da Comissão Pastoral da Terra-CPT na Zona Canavieira de Pernambuco como uma experiência fortemente permeada por confrontos e rupturas, tanto no meio eclesial quanto na esfera social e política. Sua trajetória era, de fato, constantemente marcada pela crise, pela dissensão e pelo conflito, embora perdurasse seu vínculo com a igreja e carregasse em seus métodos influências de movimentos católicos anteriores. Sendo assim, com base, sobretudo, em matérias de jornais locais, entrevistas e documentos produzidos por ela, discuto alguns momentos, ao longo dos 10 anos que se seguiram a sua criação, em que estas questões estavam presentes e a maneira como influenciavam suas ações e concepções. Considero que sua história na região não pode ser compreendida sem essas experiências que formavam a sua prática e faziam dela um ator social engajado na luta por terra. Tivesse à época a CPT e aqueles que a compunham uma trajetória menos marcada pela discordância, teria ela, ainda hoje, a mesma autonomia e disposição aos embates no campo? Nem organização subordinada à igreja, tampouco movimento social, tratava-se fundamentalmente de um ator político que construía seu espaço no cenário local, alcançando poder de ação, relevância e visibilidade. Para subsidiar meu argumento central, dialogo com o conceito de campo de Bourdieu e com algumas reflexões da História Política.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra-CPT; Rupturas; Luta por terra.

* Professor adjunto do Curso de Licenciatura em História da UECE, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades, professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC).



ABSTRACT

I analyze the action of the Pastoral Land Commission – PLC in the Sugarcane Zone of Pernambuco as a strongly percolated experience marked by confrontations and ruptures, both in the ecclesiastical and social-political spheres. It's trajectory was, indeed, constantly jeopardized by crisis, dissension and conflict, although it would endure it's bond with the church and would carry on the methods and influences of prior catholic movements. Therefore, being backed, overall, by local journalistic articles, interviews and documents produced by it, I discuss some moments through the 10 years that followed after it's creation, which these questions were present and the manner they influenced it's actions and conceptions. I consider that it's history at the region cannot be fully understood without these experiences that formed it's praxis and made of it a social actor engaged in the struggle for land. If by the time the PLC and the ones that made part of it a trajectory less scarred by discordance, would it have, until today, the same autonomy and disposition to land clashings? No organization subordinated to the church, neither any social movement, would fundamentally be about a political actor that constructed it's room at the local scenery, reaching power of action, relevance and visibility. To subside my central argument, I dialog with the concept of field of Bourdieu and with some reflections from Political History.

Keywords: Pastoral Land Commission-PLC; ruptures; Land struggle.

1 INTRODUÇÃO

A partir das contribuições trazidas pela História Política e pelos estudos de Pierre Bourdieu, discuto a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Zona Canavieira de Pernambuco, na primeira década que se seguiu à sua criação (1988-1998). Ao longo desse período, muitos foram os momentos de tensão e ruptura vivenciados por alguns de seus agentes e, de modo mais amplo, pela própria organização. Considero que a dinâmica construída em torno destes capítulos de sua trajetória local e regional compunha experiências formadoras de seu método e sua prática, projetava-a na arena pública, dava-lhe visibilidade e a compelia a se posicionar. Desse modo, vejo na dissidência e no descompasso elementos constitutivos da sua vivência, em contraposição a uma perspectiva harmônica e linear e ressaltando em seu lugar a descontinuidade:

Imagina-se que o historiador busque preferencialmente uma visão da associação em política na escala do tempo: a duração, suas rupturas, suas inflexões são seu pão de cada dia. Mas, mesmo nesse terreno tão familiar, ele deve se precaver contra a tentação da linearidade. (RIOUX, 2003, p. 115).

Vista como “uma estrutura polivalente” (RIOUX, 2003, p. 115), plural, nesta maior complexidade estava alicerçada a gestação de sua identidade enquanto ator político, que se movia e se articulava no cenário urbano, mas com olhos voltados ao campo e às suas dissonâncias históricas. Não cabe, portanto, entender a CPT sob a ótica puramente biográfica, institucional, em que o pesquisador se esforce apenas em delinear suas origens e em pavimentar seu percurso lógico, semântico e unidirecional. Esse percurso seria milimetricamente seccionado e nele se elegeriam momentos destacáveis, numa cadência quase monocórdica, que se encerraria pela consolidação ou pelo declínio. Se adoto aqui certo ordenamento cronológico, faço-o a título metodológico, pois procuro ressaltar a turbulência como elemento igualmente presente na construção das práticas sociais. Ela não se manifesta de modo cíclico ou previsível, pois a tensão e a disputa se fazem sempre presentes e eclodem em configurações específicas do espaço social e campo. Impõe-se, assim, um aprofundamento da “superfície social” em que se movem os agentes, podendo eles ocupar diferentes posições (campos) e se valer de diferentes possibilidades (BOURDIEU, 2006, p. 190).

2 RUPTURAS ECLESIAIS E PASTORAIS

Antes de aprofundar o âmbito local, vale compreender a dissidência em sua perspectiva macro, sem que se busque nela a origem de tudo, uma história total (BOURDIEU, 2006). De certa forma, isso permite observar o posicionamento da organização no momento de sua construção nacional. O contexto era aquele da primeira metade dos anos 1970, em que alguns setores mais engajados da igreja procuravam se articular para fazer frente à intensificação da Ditadura desde finais de 1968, com o AI-5. Constituíam-se, então, uma rede de solidariedade formada por leigos, padres, missionários e bispos que se reuniam e preparavam a divulgação conjunta de documentos assinados por eles e consistindo numa manifestação política diante do cenário nacional (CANUTO, 2002).

Como desdobramento dessa ampla mobilização, com importante respaldo da hierarquia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através da sua

Comissão Episcopal de Pastoral, convocou-se, em 1975, o Encontro de Pastoral da Amazônia, no qual se decidiu pela criação da Comissão Pastoral da Terra, sediada em Goiânia e logo difundida em diversos estados do Brasil, entre eles alguns do Nordeste (CNBB, 1976). No que diz respeito ao Regional Nordeste II, composto por Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL), existia, desde o início dos anos 1970, a Pastoral Rural (PR), que reunia diversos movimentos da igreja ligados ao campo. Na região, a CPT só foi criada em agosto de 1988, em razão do conflito com o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, nomeado em 1986, para assumir o lugar de Dom Helder Camara (CALADO, 1996).

Entre os movimentos que compunham a Pastoral Rural, predominava a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), criada em 1965 pelo padre francês Joseph Servat, a pedido de Dom Helder Camara, para intensificar a presença cristã e evangelizadora no campo (SERVAT, 2010). Este movimento representava também um esforço de retomada dessa presença, fortemente abalada pelo golpe de 1964 e que se mantinha sob influência do padre Paulo Crespo, promotor de um intenso programa de sindicalização rural contrário às Ligas Camponesas, de Francisco Julião, e favorável ao golpe de 1964. Embora não deixasse de lado a perspectiva da evangelização ele priorizava, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), a criação de sindicatos e a formação de lideranças católicas, muito mais inclinadas à conciliação com os patrões. Portanto, a ACR se estabelecia com o propósito de enfatizar o espírito evangelizador, atrelado à organização social e política dos trabalhadores rurais. Esta perspectiva permeava o movimento ao longo dos mais de 20 anos em que esteve atuante, sobretudo na Zona Canavieira de Pernambuco.

Com a relativa abertura política, a ACR começou a sofrer um gradual processo de esvaziamento e parte das suas lideranças passou a integrar os quadros do Partido dos Trabalhadores e a se concentrar cada vez mais nas atividades promovidas pela Pastoral Rural, que, a partir de 1984, passou a ser coordenado pelo padre Hermínio Canova, também oriundo da ACR e que, com sua equipe, iniciou a construção de uma maior autonomia do movimento em relação à hierarquia católica (BARROS, 2020)². Essa autonomia se dava, sobretudo, na esfera da mobilização política, em que seus

2 Marcelo Barros é monge beneditino e foi assessor da CPT Nacional (1977-1991), responsável pela região Nordeste.

agentes atuavam cada vez mais nas greves dos canavieiros, nas campanhas salariais, na oposição sindical e na luta contra as barragens. A evangelização promovida pela ACR e sob forte influência do padre Servat perdia, portanto, fôlego e cedia lugar a uma mobilização política crescente.

Uma luta na qual a PR e a ACR tiveram um papel relevante foram os conflitos por terra, que se intensificaram após o fim da Ditadura. Assim como em outros estados, em Pernambuco eles alcançaram um número expressivo. Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), no primeiro semestre de 1986, registravam-se 66 áreas em litígio, compreendo a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão. Aquela que alcançou maior repercussão foi a ocupação do conjunto de engenhos denominado Pitanga, que ocorreu no início de fevereiro do mesmo ano e se constituiu numa experiência em que o engajamento político da PR foi fortalecido. A tal ponto que a sua história passou a se confundir com aquela de Pitanga e, mais adiante, com a da própria CPT. Isso é perceptível nos relatos de uma das atuais integrantes da coordenação regional da CPT, bastante atuante no conflito e, à época, ligada, como voluntária, à Pastoral Rural. Ao se referir à comemoração dos 30 anos da CPT, ocorrida em 2018, ressalta a relevância que teve o conflito e preocupação de registrar a sua memória e seus arquivos fotográficos associados à própria história da CPT:

Na CPT, aí eu vou ver com Renata³, porque eu acho que Pitanga fez quantos anos? Fez 30 anos e a gente tirou muitas fotos. Porque, quando a CPT fez 30 anos, e Pitanga começou bem antes da Pastoral Rural ser CPT, né, então, a gente, Tiago⁴ usou todo o arquivo assim de fotos dele da CPT, de Pitanga, que foi digitalizada, que tá muita coisa assim no computador da CPT. Então, tem fotos daquela época, fotos muito boas, sabe, em preto e branco, tudo daquela época. Aí tem muita coisa. (MELO, 2020).

Outro aspecto que teve grande influência neste processo de ruptura com a perspectiva evangelizadora mais tradicional foi a nomeação do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho. Ligado ao Papa João Paulo II e à sua linha de atuação religiosa, teve por missão desarticular todas as iniciativas de cunho mais social e político implantadas por Dom Helder Camara: “Todos nós sabemos que Dom José

3 Assessora de Comunicação da CPT.

4 Padre Tiago Thorlby, escocês, foi da Pastoral Rural (1986-1988) e, desde 1988, é agente de Pastoral da CPT

Cardoso foi nomeado pelo Papa João Paulo II justamente para desmanchar todo o trabalho feito por Dom Helder. Ele veio pra cá com essa missão.” (MIRANDA, 2020). Foi o que me relatou em entrevista recente o Padre Manoel Marques de Miranda, pároco de Abreu e Lima desde 1984. Seus relatos assumem grande relevância por se tratar de uma das principais lideranças religiosas que acompanhou os trabalhadores rurais que ocuparam o engenho Pitanga, em fevereiro de 1986, e que, entre os meses de agosto e novembro do mesmo ano, ocuparam a Praça da República, situada em frente ao Palácio do Governo de Pernambuco, para pressionar as autoridades. Em suas memórias, relembra a difícil decisão de ocupar a Praça, da qual foi um dos maiores defensores e articuladores, e enfatiza o ineditismo e a ousadia de semelhante ato. O contexto de fim da Ditadura ainda era recente e o relativo retorno à democracia apenas se esboçava.

Quanto ao recém-nomeado arcebispo, os relatos do Padre Manoel assumem uma pertinência ainda maior, pois ele integrava um grupo de 80 padres que formavam a Associação Padre Antônio Henrique e discordavam das orientações do metropolitano. Este grupo foi signatário de uma carta contendo sérias críticas a sua atuação, seguida de um abaixo-assinado pedindo seu afastamento, ambos os documentos enviados, no final dos anos 1980, ao Prefeito da Congregação para os Bispos, em Roma, o cardeal Bernardin Gantin. Estas publicações surgiram num contexto já de grande tensão e de embates abertos com alguns setores mais engajados da igreja local. Em decorrência da sua ampla divulgação nas esferas eclesásticas, tais declarações desencadearam a perseguição aos signatários, punidos com afastamentos e expulsões, como no caso mais marcante dos padres lazaristas (MIRANDA, 2020).

O caso dessa associação é emblemático, pois ocorreu num contexto de guerra já declarada entre os diferentes setores católicos, aqueles mais favoráveis a uma ação pastoral próxima das camadas mais pobres e aqueles mais voltados à religiosidade e ao respeito dos dogmas canônicos e das estruturas hierárquicas, mas não ficou apenas nisso. Houve uma série de documentos remetidos à Arquidiocese e também ao Regional Nordeste 2 da CNBB, entre eles um documento assinado por 75 religiosos ligados à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). A declaração veio à tona em outubro de 1988, quando de uma reunião fechada de bispos do Regional e continha a seguinte estrutura:

Resume-se em três itens. No primeiro, os religiosos afirmam haver “em diversos setores de nossa Igreja, um clima geral de inquietação e insegurança”. No segundo, eles asseveram que “a caminhada pastoral da Igreja, identificada com os empobrecidos, preferidos do Pai, vem sofrendo o impacto de decisões que colocam em risco sua continuidade”. E no terceiro item sustentam a existência na Regional Nordeste II, presidida por dom José Cardoso, livremente eleito por seus pares, da “dificuldade de um diálogo mais direto, que pudesse levar a um esclarecimento e pistas de solução”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1988).

O texto propriamente dito não foi publicado pela imprensa, já que foi enviado diretamente ao arcebispo. Os trechos acima citados resultam de um recorte proposto pelo arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, que se solidarizou com Dom José Cardoso e publicou no *Jornal do Brasil* um longo artigo rebatendo ponto a ponto os argumentos da carta. É interessante notar que, apesar de se opor frontalmente ao teor do documento enviado pelos religiosos, o artigo de Dom Luciano resume bem as críticas que os chamados setores progressistas faziam a Dom José Cardoso: insegurança, risco de interrupção de seus trabalhos de cunho mais social e falta de diálogo. Entretanto, a sutil referência a uma eleição supostamente livre e, portanto, democrática, não refletia a opinião dos críticos de Dom José, pois levantava fortes questionamentos sobre a lisura do processo eleitoral, alegando que o mesmo tinha sido feito a portas fechadas e teria resultado de uma articulação dos setores mais conservadores. Até o dia da reunião episcopal, o arcebispo de Olinda e Recife sequer constava entre os candidatos, seu nome foi anunciado na hora e, numa eleição bastante rápida, foi eleito pela maioria.

Até a sua eleição como presidente do Regional NE 2, na reunião ocorrida em outubro de 1987, as tensões já se faziam presentes, mas limitavam-se a declarações mais abrangentes que reforçavam as doutrinas católicas, o respeito ao Direito Canônico e rechaçavam o diálogo mais estreito com a política. Por exemplo, as referências feitas à figura do pobre, tão cara à igreja, eram reforçadas, mas com um cunho muito mais voltado à caridade e à compaixão do que à indignação para com a desigualdade e as injustiças sociais, tão fortemente combatidas pelos grupos mais ligados às práticas pastorais. Nesse sentido, matérias de jornal publicadas até o início do ano de 1988, tendiam justamente a retratar o “clima geral de inquietação e insegurança” referido

acima, no documento assinado pelos religiosos e retomado pelo arcebispo de Aracaju, que partia em virulenta defesa do seu homólogo em Recife.

O documento e a resposta a ele surgiram num contexto em que as duas tendências já estavam em forte atrito. É preciso, portanto, recuar um pouco no ano de 1988 para entender como se chegou ao ponto de parte do clero local se posicionar publicamente contra o seu superior hierárquico, mesmo sabendo que está entre as suas prerrogativas o direito à suspensão e até à expulsão em caso de desacato ou insubordinação. Este recuo no tempo explica como se construiu o projeto de retorno à disciplina personificado em João Paulo II e localmente executado por Dom José Cardoso a partir de sua eleição, em 1988. Começou naquele momento sua maior ofensiva contra seus opositores, quando, além de arcebispo da capital mais populosa do Regional, ele se tornou, ao mesmo tempo, presidente deste mesmo Regional. Nesta situação, sua autoridade ficou fortalecida e tinha maior alcance, já que podia atingir as experiências ligadas a outros estados também.

A primeira organização atingida pela ação de desmonte implementada por ele foi justamente a Pastoral Rural, que teve demitidas toda a sua coordenação e a equipe a ela associada. Nos relatos de todos os seus membros, por mim entrevistados, as memórias desse conflito institucional estão presentes, de maneira bastante marcante e, até certo ponto, sofrida. Deu-se, então, um dos primeiros grandes momentos de ruptura e embate em que a CPT esteve envolvida localmente. A mesma já nascia composta por membros (religiosos e leigos) afastados pelo arcebispo, realizando uma assembleia proibida pelo arcebispo, provisoriamente situada fora dos domínios físicos da província eclesial de origem (Recife) e não mais vinculada à estrutura de poder local. Esta resposta ao veto do arcebispo foi-me esboçada pelos principais atingidos na questão, entre eles o Padre Erminio Canova e sua equipe de assessores da Pastoral Rural, bem como o Padre Tiago Thorlby (CANOVA, 2010; THORLBY, 2010).

3 DISSONÂNCIAS

Além desta cisão institucional que levou à demissão da coordenação da Pastoral Rural e de toda a sua equipe de apoiadores e, logo em seguida, à fundação da CPT Nordeste 2, vinculada à CPT Nacional, outras situações foram mediadas pela tensão

e pela divergência. Elas compreendem desde questões mais formais e institucionais até aspectos ligados à sua atuação no registro sistemático dos conflitos ocorridos no campo e a sua participação na luta por terra.

Num primeiro momento, a adaptação da CPT NE 2 às normas nacionais se deu em nível formal. Ela teve que designar a função de seus membros e das instâncias de decisão e, para isso, ela estabeleceu um Regimento Interno, votado e aprovado desde a assembleia de fundação, em agosto de 1988. Esse regimento se inspirou nos Estatutos Oficiais e previa a adaptação do funcionamento da CPT NE 2 àquele da organização nacional. Desse modo, para compreender o Regimento Interno e o papel por ele desempenhado na adaptação da CPT NE 2, é preciso se reportar aos Estatutos e ao modelo de organização da instância nacional (CPT, 1981). Feito isto, é possível melhor apreender o funcionamento da regional e definição de seus métodos de ação.

Vale ressaltar, desde já, que esta transformação institucional impactou ainda o papel sociopolítico desempenhado pela CPT NE 2 na luta pela reforma agrária. Com efeito, os primeiros engajamentos da PR NE 2 neste aspecto surgiram graças à influência da CPT Nacional, portanto, a partir do momento em que seus vínculos com ela se tornaram oficiais e os contatos, mais frequentes, a questão fundiária passou a ser definida como prioridade. Esta mudança pôs, então, fim definitivamente à transição entre a tradicional experiência de Ação Católica e sindicalização rural e aquela, mais recente, da Pastoral da Terra. Essa pastoral voltava-se muito mais à prática de apoio e presença efetiva nas áreas de conflito do que unicamente à evangelização. Ainda que esta última não fosse de todo rechaçada, ela se manifestava não tanto pela catequese ou instrução religiosa, mas por meio da ação direta (CPT, 1995, p. 3).

Se, em seu discurso, essa mudança oficial é representada como simples formalização, sem grande interferência no serviço oferecido, ela nos pareceu bem mais relevante ao longo da pesquisa. Vista sob outra ótica, essa modificação traduz a passagem para uma nova maneira de conceber o trabalho da Igreja no meio rural e todo o esforço necessário à adaptação ao modelo nacional. A criação oficial da CPT NE 2 é, desse modo, entendida como uma das origens dos conflitos que emergiram posteriormente no interior da organização regional e também na sua relação com a

CPT Nacional, uma vez que permite observar a heterogeneidade de seus membros e sua singularidade. Além disso, torna possível ainda apreender sua margem de autonomia e suas divergências em relação à organização nacional.

As relações estabelecidas no interior da CPT NE 2 e entre ela e a CPT Nacional nem sempre eram pacíficas, pois, apesar do discurso mais reservado dos membros do regional, os momentos de tensão e divergência não foram raros. Isso ocorreu, por exemplo, entre agosto de 1993 e setembro de 1994, no que diz respeito às práticas da CPT NE 2 em relação aos trabalhadores rurais e ao seu funcionamento interno. Na maioria das vezes, as tensões opunham a equipe de assessores à Coordenação Regional (CPT NE 2, 1994b).

Os conflitos se produziram num momento em que a CPT Nacional tentava redefinir o papel da equipe de assessores. Diante da emergência de novas forças políticas no campo (CUT, MST e PT) e das organizações que retomavam seu engajamento em favor da reforma agrária (CONTAG, FETAPE e STRs), a nacional procurava redefinir a originalidade de seu trabalho nas 8ª e 9ª Assembleias Nacionais, em 1991 e 1993 (CPT, 1995, p. 1-5). Resultou desses encontros uma mudança no organograma e uma redefinição da posição dos assessores, o que teve como consequências a demissão de Ivo Poletto, um dos seus fundadores, e a regulamentação do papel dos assessores na organização.

Esta reestruturação resultava também, em parte, da diminuição dos financiamentos fornecidos pelas agências católicas (Miserior, Adveniat, Caritas Internationale et Cebemo). Após a queda do muro de Berlim, essas agências redistribuíram suas ajudas: a parcela destinada à América Latina diminuiu em favor da Europa do Leste e até mesmo, nos anos 90, dos países da África.

Em escala regional, esta reestruturação se manifestou, já em 1993, pela criação da Coordenação Regional e pela redefinição do papel da equipe de assessores (CPT NE 2, 1993, p. 21 e 22). Eles tinham, a partir de então, uma função de consulta e informação, mas perdiam todo e qualquer poder decisório. Não participavam mais das duas maiores instâncias decisivas: as Assembleias Regionais e, a menos quando convidados, as Assembleias do Conselho Regional (CPT, 1995, 2 e 3). Eles não pesavam mais na orientação geral da CPT NE 2, que então se engajava, cada vez

mais, no apoio aos movimentos de ocupação dos trabalhadores sem terra. Sendo assim, duas tendências se opunham no interior da organização (CPT NE 2, 1994a). A equipe de assessores era mais favorável a um funcionamento mais próximo daquele das ONGs, isto é, uma abordagem especializada, de formação e assistência aos trabalhadores rurais, a fim de estimular sua auto-organização e sua articulação (CPT NE 2, 1994c). A equipe de coordenação e os agentes de pastoral eram, de sua parte, favoráveis a uma ação pastoral engajada ao lado dos trabalhadores e previam um maior engajamento pastoral e uma valorização da religiosidade popular.

Sua adaptação parcial às normas e diretivas nacionais e a influência destas no seu maior engajamento na luta por terra permitiram, então, à CPT NE 2 manter uma grande autonomia em relação à CPT Nacional. De fato, ela permaneceu livre para definir os lugares onde pretendia intervir e desenvolver suas próprias formas de atuação, ainda que, de modo geral, ela seguisse a orientação nacional de uma pastoral de serviço que respeitasse a autonomia dos trabalhadores rurais. Seu apoio à reforma agrária e aos trabalhadores ia, portanto, muito além de um simples serviço. Ela acabava intervindo mais diretamente nas tentativas de mudança da estrutura social e na mobilização dos camponeses sem terra. Em suma, depois da demissão da equipe de assessores, a perspectiva de uma pastoral mais engajada e mais próxima dos trabalhadores sobrepôs-se à tentativa de especialização do seu trabalho. Desse modo, as práticas da CPT NE 2 se aproximavam cada vez mais dos movimentos sociais.

Isto já era perceptível com o processo de construção da autonomia da Pastoral Rural desde 1984, mas se fortaleceu com a experiência vivenciada nos intensos conflitos de terra em Pitanga, em 1986, e se intensificou mais ainda a partir de agosto de 1988, quando da demissão posta em prática pelo arcebispo. Com a chegada de outros conflitos de terra ao longo dos anos 1990 e com o surgimento de outros movimentos no campo, como o MST, a CPT tendeu a acompanhar a tendência então em curso, embora nunca perdesse completamente sua identidade de acompanhamento social e político, com certo respaldo religioso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPT constitui, antes de tudo, um ator político de inspiração religiosa e inserido nas lutas sociais do campo. A disposição ao enfretamento e à autonomia respaldada explicam-se pela sua trajetória constantemente marcada por crises e descontinuidades. A posição eclesial estratégica que ocupa e o espaço que conquistou na esfera social e política credenciam-na a um importante papel nas lutas no meio rural. Transita, com legitimidade, em ambos os espaços e, ao mesmo tempo, mantém a independência necessária em relação a eles: dialoga com a Igreja, sem estar subordinada à sua hierarquia, age no domínio da política, sem a ela estar atrelada. Por fim, interage com os movimentos sociais, sem a eles estar vinculada, e acompanha os trabalhadores rurais, sem exigir deles filiação ou exclusividade.

Em todos esses aspectos, a singularidade da CPT NE 2 está presente e desafia a rigidez da estrutura hierárquica da Igreja. O modelo nacional ao qual ela precisou se adaptar foi confrontado às particularidades locais e isso a levou a engajar-se para além do apoio aos trabalhadores rurais e sem terra. Em nível formal, ela permaneceu fiel às diretivas nacionais, mas a perspectiva de serviço pastoral foi ultrapassada e deu lugar a uma presença mais marcante no campo. Este maior engajamento conduziu-a a participar mais ativamente dos movimentos de ocupação e da organização dos assentamentos resultantes desse processo.

A CPT NE 2 não é, portanto, somente uma organização de apoio e de assistência aos trabalhadores rurais. Influenciada pelas normas nacionais, porém confrontada, ao mesmo tempo, às particularidades regionais, ela não se vê apta a segui-las estritamente. Ela acaba se afastando da orientação inicial e assumindo uma identidade própria. É justamente essa identidade que lhe permite colocar em prática modos de ação semelhantes aos dos novos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

BALTAR, A.; CHAGAS, G. **Um furacão varre a esperança**: o caso D. Helder. Recife: FUNDARPE, 1993.

BARROS, Marcelo. **Entrevista com o autor**. Recife, 20 de outubro de 2020.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- CALADO, A. J. F. **CPT no Nordeste caminhos e buscas (1976-1995)**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.
- CANOVA, Erminio. Entrevista com o autor. Recife, 24 de março de 2010
- CANUTO, A.; POLETTO, I. (Org.). **Nas pegadas do povo da terra**: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CNBB. Pastoral da terra. **Estudos da CNBB**, São Paulo: Paulinas, nº 11, 1976.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CPT NACIONAL. **Estatuto Social da Comissão Pastoral da Terra**, 25 de setembro de 1981.
- CPT NACIONAL. Estrutura organizativa da CPT. **Debate e Formação**, n. 2, Goiânia, 1995.
- CPT NE 2. **A C.P.T-Nordeste em questão**, 6 de agosto de 1994a.
- CPT NE 2. **Carta da Coordenação Regional da CPT NE 2**, Recife, 25 de outubro de 1994b.
- CPT NE 2. **O caminho se faz ao caminhar, tempos de avaliação na CPT-NE**, 15 de setembro de 1994c.
- CPT NE 2. **6ª Assembleia Regional da CPT NE 2**, Recife, de 12 a 15 de agosto de 1993, p. 21 e 22.
- CPT NE 2. **Regimento interno da Comissão Pastoral da Terra-Nordeste**, 19 de julho de 1995.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Estoura nova crise envolvendo dom José e ala progressista**. Recife-PE, 6 de novembro de 1988b, p. A-12.
- MELO, Marluce Cavalcanti de. **Entrevista com o autor**. Recife, 19 de outubro de 2020.
- MIRANDA, Manoel Marques de (Padre Manoel). **Entrevista com o autor**. Recife, 28 de abril e 26 de novembro de 2020.
- RIoux, J. P. (Org.). A associação em política. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SALEM, H. (Org.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SERVAT, J. **Entrevista com o autor**. Toulouse, 29 de junho, 17 e 18 de julho de 2010.
- THORLBY, Tiago (Padre Tiago). **Entrevista com o autor**. Recife, 03 de março de 2010.